



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 570566 - SP (2020/0079684-1)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : EDUARDO RODRIGUES  
**ADVOGADO** : EDUARDO RODRIGUES - SP276773  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIO DA SILVA FRANCO  
**CORRÉU** : MICHELLE DE CASTRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de FÁBIO DA SILVA FRANCO, contra acórdão proferido pela Sétima Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 0005339-52.2016.8.26.0624.

O paciente foi condenado a 7 (sete) anos, 11 (onze) meses e 8 (oito) dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 793 (setecentos e noventa e três) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. De acordo com os autos, em maio de 2016, o paciente e a corré foram flagrados na posse de 10 papелotes de cocaína, com aproximadamente 15,8g, além de 108,3g, distribuídas em três porções, da mesma droga. Os denunciados também guardavam 127,4g de maconha.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao apelo defensivo, reduzindo a pena do paciente para 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, mantido o regime inicial fechado, mais 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa.

Nesta impetração, a defesa aduz que as provas foram obtidas mediante ingresso indevido no domicílio do paciente.

Diante disso, busca, liminarmente, a suspensão do mandado de prisão e, no mérito, que seja concedida a ordem para que sejam declaradas ilícitas as provas obtidas no flagrante e dele derivadas.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual

ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

O crime de tráfico de drogas na modalidade atribuída ao ora paciente (guardar ou ter em depósito) possui natureza permanente. Tal fato torna legítima a entrada de policiais em domicílio para fazer cessar a prática do delito, independentemente de mandado judicial, desde que existam elementos suficientes de probabilidade delitiva capazes de demonstrar a ocorrência de situação flagrancial.

Necessário, assim, compatibilizar os direitos de liberdade com os interesses da segurança pública, por meio do controle judicial das investigações criminais, que pode ser feito antes da adoção da medida – com a expedição prévia de ordem judicial –, ou, posteriormente, quando, após a prática da medida invasiva, analisa-se a presença dos pressupostos legais e se a execução se deu conforme determina a lei.

Neste caso, o Tribunal de origem esclareceu que havia denúncias em face do paciente, o que ensejou a abordagem da Guarda Municipal e a descoberta da droga em seu poder (e-STJ, fl. 41).

Nessa hipótese, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão Colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo deste recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator